



IDOSOS SÃO RESGATADOS

Ação do Ministério Público tem recuperado a dignidade de pessoas idosas em situação de risco

A Promotoria de Araruna e de Cacimba de Dentro tem desenvolvido um trabalho de resgate de idosos em situação de perigo. Diversas pessoas já tiveram sua dignidade recuperada e seus direitos garantidos. Casos como do senhor Manquita e das senhoras Nega e Tubiu foram solucionados. **Página 4**



DIGNIDADE HUMANA- Idosos que viviam em condições precárias e abandonados foram resgatados pela Promotoria

EDUCAÇÃO

Promotoria de Araruna apreende merenda estragada

Uma fiscalização realizada pela Promotoria de Justiça de Araruna juntamente com a Vigilância Sanitária Municipal em escolas e almoxarifado detectou merenda estragada. O material foi apreendido e incinerado. **Página 3**

ATENÇÃO BÁSICA

Unidades de saúde de João Pessoa são inspecionadas

A Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde de João Pessoa realizou diversas fiscalizações em unidades de saúde da família da Capital. Inúmeras irregularidades foram encontradas em Mandacaru, Valentina e Roger, principalmente na estrutura, como mofo, infiltrações e falta de acessibilidade. **Página 7**



ESTRUTURA- Condições precárias



ABASTECIMENTO- Situação da água em todos os municípios paraibanos foi pesquisada

MP faz estudo dos serviços essenciais

O Ministério Público da Paraíba está realizando um estudo sobre a qualidade dos serviços essenciais oferecidos em todos os municípios do Estado. O estudo, desenvolvido pelo Centro de Apoio Operacional do Consumidor, focará o abastecimento de água, energia e telefone. Na primeira parte da pesquisa, foram recolhidos dados sobre a qualidade do abastecimento de água nos municípios. Os dados serão analisados para subsidiar a atuação das Promotorias nos locais que apresentarem situação crítica. **Página 8**

DENGUE

Dados de toda a Paraíba são monitorados

Página 6

INGÁ

TAC garante retomada de acesso

Página 5

• Espaço do Leitor



Referente ao artigo UNINDO FORÇAS CONTRA AS DROGAS, página 2 (OPINIÃO) da Edição Ano II - N.º 15, de junho de 2011.

Concordo com a autora que ações isoladas não surtem efeito.

Vivemos diferenças culturais gritantes, e com o passar dos anos, devido a dinâmica de nossa sociedade, presenciamos INVERSÕES DE VALORES, em curtos espaços de tempo (poucos anos).

Exemplo:

1 - Meu pai quando era criança (no anos 50), ele me falou que tinha apenas um conjunto de roupas (bermuda, camisa, par de meias), um par de sapatos e duas cuecas, quando ia para escola utilizava todo o traje com sapatos, e quando chegava em casa tirava o traje e ficava apenas de cueca, para poder utilizar o mesmo traje no dia seguinte para ir a escola, não havia alimentação na escola (merenda), ele estudava em escola pública, pois o aluno que estudava em escola particular se devia ao fato de ter sido reprovado na prova de admissão ao ginásio (constituía-se uma vergonha aos pais naquela época), não havia transporte escolar, os estudantes andavam vários quilômetros a pé, não havia livros didáticos doados (eram comprados). E hoje, o que vemos? Os estudantes recebem fardamento e o transformam de maneira a descharacterizá-lo quase totalmente (pinturas, palavras, cortes no modelo, adaptações diversas) e nem sempre o utilizam e não podem perder aula (pois possui, segundo a constituição federal, direito à educação), possuem merenda (embora existam problemas em várias escolas) e brincam com ela (jogar em colegas, etc), possuem transporte e não valorizam, possuem livros didáticos fornecidos pelo governo federal e não os conservam (muitas vezes nem os utilizam), chegando por vezes a rasgá-los.

2 - Na minha época de criança (pelos anos 80), na escola, tratávamos os professores por senhor ou senhora, hoje o que vejo são pessoas que não sabem o que é respeito, não gostam de saber que possuem limites.

3 - As drogas mais consumidas nos anos 80 (em Goiana/PE) eram "loló" e "lança perfume", a maconha era muito pouco conhecida. Hoje, até marchas (com amparo legal, conforme o Art. 5º da Constituição Federal) para liberação de drogas existem.

No 8º parágrafo do artigo: 'Infelizmente, para ... é o de poder "permanecer calado" no momento em que está sendo interrogado pela autoridade policial.' Normalmente quais são os direitos que esses "Betos" dão aos cidadãos.

Nosso país perdeu muito tempo na época da Ditadura com repressão e esqueceu de investir em educação.

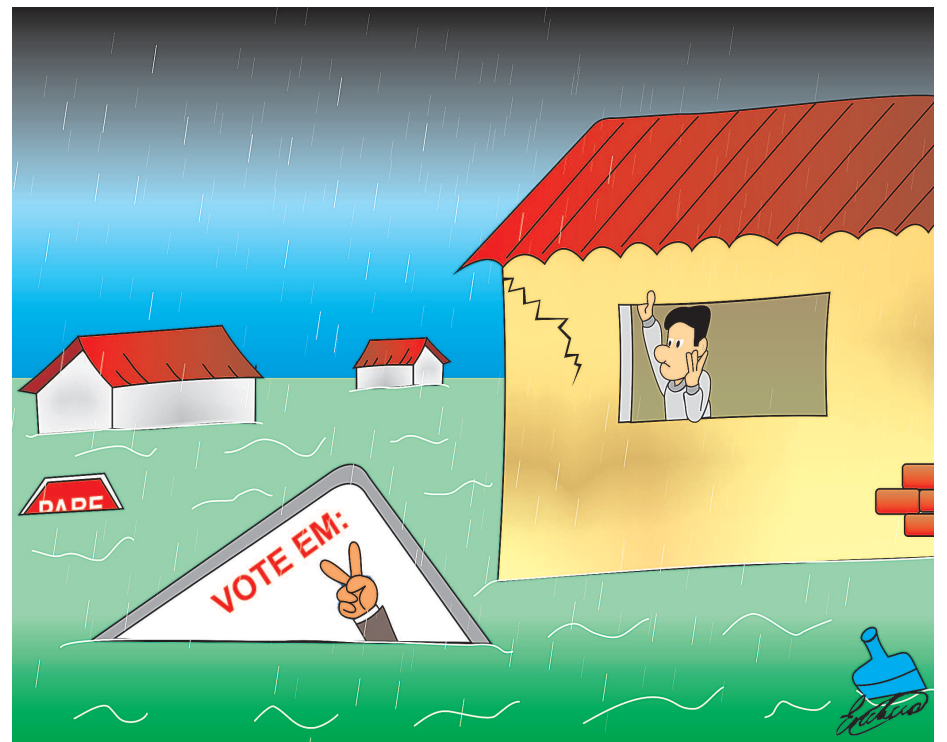
Gilvan Fernandes, Professor

Participe do *Jornal do Ministério Público Social*, enviando sugestões, críticas e opiniões para o e-mail jornal@mp.pb.gov.br.

• Aprendendo Direito



Mandado de segurança: Processo para garantir direito líquido e certo, individual ou coletivo, que esteja sendo violado ou ameaçado por ato de uma autoridade, em ato ilegal ou inconstitucional.



ARTIGO

Da necessidade de crescimento planejado e ordenado

* LEONARDO CUNHA LIMA DE OLIVEIRA

A todo instante há uma sequência interminável de sofrimentos, catástrofes, desmoronamentos, inundações, incalculáveis prejuízos materiais e até mortes de crianças e mulheres indefesas, vítimas do flagelo da miséria e da distorção social.

Os alarmantes índices de chuvas em nosso Estado representam a necessidade de serem adotadas medidas preventivas para os próximos invernos, sem esquecer das providências emergenciais de socorro às pessoas em situação de risco ou em condições desumanas de sobrevivência.

Construções desordenadas em áreas de risco, desmatamentos criminosos, falta de manutenção e monitoramento dos mananciais, despejo de resíduos em locais inadequados, ausência de um sistema regular de escoamento das águas pluviais, deficiência no serviço de saúde, inexistência de programas eficientes de habitação, omissão da defesa e da assistência social aos mais necessitados, bem como a falta de políticas públicas evidenciam todos os anos que novas vítimas das enchentes lamentavelmente existirão.

O prenúncio da tragédia é facilmente perceptível. Os órgãos de meteorologia informam a previsão do tempo. A reação da natureza à ação devastadora e irresponsável do homem é algo previsível e do conhecimento de todos. A falta de políticas públicas e de investimentos em infraestrutura, desenvolvimento planejado e ordenado das cidades é notório. A deficiência do sistema de saúde é noticiado todos os dias nos meios de comunicação. A falta de educação ambiental da população é algo lastimável, mas também inegável.

Neste cenário, o papel do Ministério Público, como defensor dos interesses sociais e individuais indisponíveis, tem sido fundamental, exigindo, de forma integrada e planejada, dos gestores maiores investimentos em políticas públicas, mapeamento das áreas consideradas de risco, vedação de edificações em áreas inadequadas e/ou que cause danos ao meio ambiente ou ao curso natural das águas dos rios; exigência de investimentos em educação ambiental, controle da capacidade hídrica dos mananciais e exigência de manutenção permanente, evitando-se o assoreamento e assegurando a execução eficiente de programas habitacionais e fiscalizando com rigor os serviços de saúde e de assistência social, bem como o emprego regular de verbas públicas.

O Ministério Público não tem se furtado ao seu dever institucional, porém é preciso não esquecer e não desamparar aqueles que enxergam nessa instituição a única realmente capaz de lutar na defesa de seus interesses, evitando que novas tragédias, prejuízos patrimoniais, desordens urbanas, danos ambientais e até mortes de pessoas inocentes aconteçam em razão do crescimento populacional desordenado e de futuras chuvas.



JORNAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO
Social
João Pessoa, julho - Ano II - Nº 16

Procuradora-geral de Justiça

Kátia Rejane Lira Lucena

1ª Subprocuradora-geral

Maria Lurdélia Diniz

2ª Subprocuradora-geral

Marilene de Lima Carvalho

Corregedor-geral

Alcides Jansen

Secretário-geral

José Guilherme Lemos

Jornalista Responsável

Alexsander Carvalho

Integrantes da Assessoria de Imprensa

Almira Félix, Anselmo Guimarães, Lila Santos,

Alexsander Carvalho, Cristina Fernandes

Projetos Editoriais

Cristina Fernandes

Projeto Gráfico e Diagramação

João Damasceno

Fotografia

Daniel Félix

Chargista colaborador

Euclecio Fernandes

Assessora de Imprensa

Eloise Elane

Tiragem: 5.000 exemplares

Ministério Público da Paraíba/Procuradoria Geral de Justiça

R. Rodrigues de Aquino, s/n, Centro - CEP: 58.013-030 - João Pessoa/PB
TEL.: (83) 2107-6000 SITE: www.mp.pb.gov.br

Merenda escolar estragada é apreendida e incinerada

Material foi encontrado em escolas municipais e no Almoarifado da Merenda do Município de Araruna

motoria, havia muito produto estocado em ambiente inadequado e com prazo de validade curto, de 10 a 15 dias para se vencer, e que, na opinião da promotora de justiça, seria impossível consumir.

PALESTRAS

O Ministério Público da Paraíba, através das Promotorias de Araruna e Cacimba de Dentro, tem acompanhado de perto o funcionamento das unidades da Rede Pública de Ensino. Uma fiscalização recente nas Escolas públicas e no Almoarifado da Merenda Escolar do Município de Araruna resultou na apreensão de gêneros alimentícios estragados e com data de validade vencida e na constatação de muitas escolas funcionando precariamente.

Os alimentos apreendidos, depois de analisados pela Vigilância Sanitária, foram incinerados e o caso será levado pela Promotoria de Justiça para a Controladoria Geral da União, para que o órgão faça uma inspeção nos termos de licitação das compras dos alimentos. De acordo com a informações da Pro-

Sempre no início do ano letivo, a Promotoria realiza reuniões com professores, servidores e diretores das escolas para discutir os problemas das escolas e propostas para que os problemas sejam superados em tempo hábil, para não haver prejuízo para os alunos. A promotora Ana Maria Pordeus conta que já se inseriu nos seios da escola e ensinou, como voluntária, para detectar alunos portando armas de fogo, drogas e outros ilícitos. A promotora também faz parceria com a Polícia Militar, promovendo palestras para alunos e pais de alunos. “Conheço todos os professores das escolas, sei onde fica cada escola da minha promotoria, Zona Rural e Zona Urbana. Sempre sou chamada para fazer palestras e participo dos eventos das escolas”, afirma a promotora.



APREENSÃO- Diversos gêneros alimentícios destinados às escolas estavam fora da validade

SERVIDORES NÃO CONCURSADOS

Promotoria requer exoneração

A Promotoria de Justiça de São José de Piranhas ingressou com uma ação civil pública contra a prefeitura requerendo a exoneração de todos os servidores públicos que tenham sido contratados sem a prévia aprovação em concurso público fora das hipóteses permissivas na Constituição Federal e a adoção, no prazo de quatro meses, de todas as medidas legislativas e administrativas necessárias à criação e ao provimento efetivo (concurso público) dos cargos indispensáveis à continuidade e à eficiência do serviço público municipal.

O Ministério Público requer ainda a rescisão dos contratos de terceirização de mão-de-obra e de prestação de serviços que

envolvam atividades ou funções próprias e permanentes da Administração Pública municipal e que o município se abstenha de contratar servidores sem prévia aprovação em concurso público fora das hipóteses permitidas pela Constituição Federal.

De acordo com o promotor Ricardo Alex Almeida Lins, a Promotoria constatou que é considerável a quantidade de pessoas que integram os quadros da Administração Municipal sem que tenham sido submetidos a concurso público. Ele explicou que o município realiza contratação direta de trabalhadores para exercerem cargos em comissão, em funções não compatíveis e que não se relacionam a chefia, direção ou assessoramento.

“O que se depreende de tal documentação é a existência de um infindável número de servidores ocupantes de cargos supostamente ‘comissionados’, sem que haja qualquer demonstração de que se estaria diante de exercentes de funções de direção, chefia e assessoramento, conforme exige a Constituição”, disse.

Ricardo Alex Almeida informou ainda que constatou-se, também, a existência de vários servidores que ocupam cargos de necessidade permanente e habitual da Administração, contratados, temporariamente, sem que tais funções denotem o caráter temporário, emergencial e excepcional exigido pela lei, a fim de justificar a não submissão de tais servidores a concurso público.

COMBATE À LAVAGEM DE DINHEIRO

Membros do MPPB participam de curso

Promotores de Justiça da Paraíba participaram, em julho, do Curso de Capacitação e Treinamento no Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro. O curso faz parte da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (Enccla), do Ministério da Justiça e ocorreu durante quatro dias no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça.

Na capacitação, foram discutidos temas como o sistema nacional de combate à lavagem de dinheiro e de recuperação de ativos, anatomia do crime organizado, tipo penal da lavagem de dinheiro, requisitos da denúncia, unidades de inteligência financeira, obrigação de reportar movimentações financeiras, técnicas de investigação, medidas assecuratórias, delação premiada, quebra de sigilos legais no Brasil, prática de casos, fraude à licitação, improbidade administrativa, delitos cibeméticos, introdução à cooperação jurídica internacional e recuperação de

ativos como instrumento de combate ao crime.

De acordo com informações do Ministério da Justiça, a Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro foi criada em 2003 com o objetivo de contribuir para o combate sistemático à lavagem de dinheiro no País. Em 2006, foi acrescentado o tema “combate à corrupção” como um dos objetivos da Estratégia.

A Enccla consiste na articulação de diversos órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário, Ministérios Públicos e da sociedade civil que atuam, direta ou indiretamente, na prevenção e combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, com a finalidade de identificar e propor ajustes aos pontos falhos do sistema antilavagem e anticorrupção. Atualmente, cerca de 60 órgãos e entidades fazem parte da Estratégia, a exemplo de Ministérios Públicos e órgãos de controle e supervisão.

PISO SALARIAL EM CAMPINA GRANDE

Município deve enviar projeto de lei

O Município de Campina Grande assinou um termo de ajustamento de conduta com o Ministério Público da Paraíba se comprometendo a enviar à Câmara Municipal o projeto de lei do piso salarial dos professores da rede municipal de ensino. O compromisso foi assinado com pelo promotor da Infância e Juventude, Herbert Targino, pelo secretário

de Educação do Município, Flávio Romero Guimarães, e pelo presidente do Sindicato dos Trabalhadores Públicos Municipais do Agreste da Borborema (Sintab), Napoleão Maracajá.

O termo estabelece ainda que, uma vez o projeto aprovado na Câmara, o município terá 15 dias para fazer o pedido de ajuda financeira à União e cumprir a de-

terminação. O promotor informou que o levantamento dos critérios necessários para se pedir a complementação financeira da União já está sendo realizado pela prefeitura. Também será discutida a mudança da carga horária de 20 horas, para 30. Em caso de descumprimento, será aplicada uma multa diária de R\$ 500, além das medidas judiciais cabíveis.

Idosos em situação de risco e de abandono são resgatados

Trabalho social desenvolvido em Araruna e Cacimba de Dentro transforma a vida de pessoas e Centro de Assistência Psicossocial é instalado

O resgate de idosos em situação de perigo tem sido uma atividade constante nas Promotorias de Araruna e Cacimba de Dentro. A promotora Ana Maria Pordeus Gadelha relata que já constatou casos gravíssimos, os mais recentes foram de um senhor chamado Manquita, que vivia ao relento em Cacimba de Dentro, e duas irmãs, Tubiu e Nêga, em Araruna. O primeiro caso, foi solucionado com a internação em uma casa de longa permanência para idosos. As irmãs tiveram a casa em que viviam destruída e passaram a morar com o curador.

A situação dos idosos sempre é comunicada à Promotoria pela população. Ao ser informada, a promotora disse que forma uma equipe com assistente social, psicólogo e psiquiatra do Centro de Assistência Psicossocial (Caps) e, em veículo do próprio Centro, vai ao local onde está o idoso para resgatá-lo. “Nós trazemos o idoso para o Caps, onde ele é tratado, higienizado e analisado pelo médico, que já prescreve a medicação. Se ele não tiver roupa a gente providencia. Se for uma situação de abrigar, ele já sai para o abrigo e se não, caso tenha alguém da família que queira cuidar dele, a gente já faz um termo de entrega para o familiar”, relata.

O caso do senhor Manquita, de acordo com a promotora, era de completa situação de abandono. Ele vivia em uma tenda de papelão e pano, comendo numa cabaça na Zona Rural de Cacimba de Dentro. Mesmo sendo beneficiário da Previdência, Manquita não usufruía do benefício, pois o seu curador judicial era quem ficava com o cartão. “Eu resgatei o cartão e providenciei

a revogação da curatela. Depois de passar pela higienização, por exames médicos e receber roupas limpas, o entreguei ao abrigo na cidade de Belém, juntamente com os seus documentos, uma carteira de identidade, o registro de nascimento e o cartão de benefício da Previdência”.

As duas irmãs Tubiu e Nêga, uma com 85 anos de idade e outra com 89, viviam em situação de risco e eram doentes. Elas moravam em uma casa de taipa e eram cuidadas por um rapaz chamado Pelé, que tinha a posse do cartão delas. As irmãs não quiseram ir para um abrigo, pois queriam continuar sendo cuidadas por Pelé. Nesse caso, a promotora mandou desmanchar a casa em que moravam e colocou as duas na casa de Pelé, para que ele pudesse cuidar melhor. Recentemente Tubiu faleceu.

Outro sério problema apontado pela promotora é o alto índice de pessoas com transtorno mental nos municípios pertencentes às Promotorias de Araruna e Cacimba de Dentro. Nessa questão, ela afirma que o Ministério Público alcançou duas grandes vitórias: a instalação do Caps de Araruna e a implantação, pela Prefeitura de Cacimba de Dentro, de políticas públicas voltadas para atender pessoas portadoras de transtorno mental. O Caps está em fase de implantação no município, mas a população já conta com um serviço de psiquiatra, psicologia, assistência social e fisioterapia.

O serviço do Caps é sempre visitado pela promotora que busca verificar a alimentação fornecida, a frequência dos profissionais contratados e se a medicação está sendo fornecida para os usuários.



TRANSFORMAÇÃO- O senhor Manquita passou por higienização e foi institucionalizado em abrigo

INTEGRAÇÃO

Atividades de ressocialização são promovidas em presídios

O trabalho de ressocialização nos presídios tem sido uma das principais ações da Promotoria de Araruna. Para isso, a execução penal é em dia e a promotora Ana Maria Pordeus comparece várias vezes na cadeia pública, visitas de surpresa. Mas são as ações sociais, que a promotora considera importante para que os presos e seus familiares possam se integrar e o apenado se ressocializar.

A promotora procura comemorar as datas importantes com os presos e promove confraternizações no Dia das Mães, Dia dos Pais, Semana Santa e Natal, além de passar uma tarde de domingo por mês na Cadeia Pública, onde exhibe filmes, a Missa do Padre Marcelo e promove palestras com psicólogos, advogados e profissionais da área de saúde.

“Sempre comemoro com os presos as datas importantes. Carnaval não, porque é uma festa que envolve bebida. Fazemos uma almoço especial toda Sexta-feira Santa. No Dia das Mães e Dia dos Pais, compro presentes para que os filhos presenteiem. Todas as despesas são



SOCIAL- Detentos recebem visitas constantes da Promotoria

por minha conta, não peço nada a ninguém”, disse a promotora.

Sobre as tardes de domingo que costuma passar na Cadeia, a promotora contou ter ficado emocionada com um rapaz chamado Josenilson, que foi condenado a mais de 20 anos de prisão por homicídio qualificado. Segundo conta, certo dia Josenilson ficou calado observando o trabalho da promotora na cadeia e depois disse: “Doutora Ana, eu estou aqui pensando no porquê da senhora estar aqui se preocupando com a gente, pessoas que estupraram, são ladrões, homicidas e latrocidas. Aqui só tem gen-

te ruim. E a senhora perder uma tarde de domingo com a gente, ainda traz lanche e presente. Eu vou mudar a minha vida. De hoje em diante eu vou ser uma outra pessoa. A senhora nunca esqueça disso”.

Para Ana Maria Pordeus, o relato de Josenilson a motivava a continuar o seu trabalho social. As pessoas não são más, somos todos iguais, temos o mesmo potencial, a mesma capacidade. A diferença reside nas oportunidades. E o que provoca tudo isso, é a desigualdade e a injustiça social”, concluiu.



NOVA VIDA- As senhoras Tubiu e Nêga também foram resgatadas

30 motocicletas são recolhidas em Feira Livre de Araruna

Veículos estavam em situação irregular e Promotoria informa que realizará novas fiscalizações para coibir as práticas ilícitas

A Polícia Militar de Araruna apreendeu 30 motocicletas em situação irregular na Feira Livre de Araruna durante uma fiscalização realizada em parceria com o Ministério Público da Paraíba. As motos foram recolhidas para a Companhia de Trânsito e para resgatar a pessoa tem que comprovar com documentos a propriedade do veículo e que a documentação da moto está regularizada.

Em princípio, a fiscalização foi feita com o intuito de verificar a venda ilegal de armas de fogo na chamada feira de troca, que funciona dentro da Feira Livre do Município. Segundo a Promotoria, nos processos criminais

que constam o porte de arma de fogo, quando se indaga do réu onde ele adquiriu a arma, a resposta é sempre a mesma: na Feira Livre de Araruna. Mas nessa área nada foi constatado, pois ao ver o grande número de viaturas no local, muitos comerciantes fugiram. “Fizemos uma blitz na chamada feira de troca, onde se troca motocicletas, bicicletas, passarinho, arma de fogo, munições. Como o espaço é muito grande, quando a gente chega, muita gente corre. Não deu para apreender munição e arma de fogo, até porque a logística não foi bem planejada. Mas vamos insistir nessa fiscalização”, declarou a promotora.



MOTOS- A Companhia de Trânsito foi responsável por recolher as motocicletas em situação irregular

PROTEÇÃO AO IDOSO

Instituições do Sertão são inspecionadas

A Comissão Permanente de Monitoramento de Instituições de Longa Permanência de Idosos realizou diversas inspeções em municípios do Sertão da Paraíba, como Santa Luzia, Uiraúna, Pombal e Patos, tendo constatado instituições funcionando em situação precária e uma que considerou modelo no Estado.

A pior situação encontrada, segundo o promotor de Justiça Valberto Lira, foi a do Abrigo do Idoso do Convento das Irmãs, em Uiraúna, que é administrado pela Congregação Missionária da Sagrada Família. O abrigo não tem banheiro nos quartos e sim banheiros coletivos, o que não é permitido por lei; tem várias barreiras arquitetônicas, a exemplo de batentes, e o Conselho Regional de Farmácia identificou e apreendeu medicamentos vencidos desde 2006.

“Nós só não interditamos o estabelecimento porque não tínhamos onde relocalizar os idosos. Mas a situação é realmente precária naquele abrigo. Não existe gente o suficiente para cuidar dos idosos. Tudo isso vamos colocar no nosso relatório, pedindo providências não só da administração das entidades inspecionadas, mas também do poder público, que tem obrigação de apoiar essas instituições”, declarou Valberto Lira.

Em Patos, a Comissão visitou duas instituições: a Socieda-

de de Amparo aos Velhos de Patos, conhecido como Lar dos Velhinhos, que também apresentou vários problemas e que também só não foi interditado porque não tinha como relocalizar os idosos. Lá, os membros da Comissão Permanente de Monitoramento de Instituições de Longa Permanência de Idosos apreenderam um facão e duas facas peixeiras que estava no quarto de uma idosa. Já o Instituto de Reabilitação dos Cegos e Lar dos Idosos apresentou estrutura física razoável, necessitando corrigir algumas coisas de infraestrutura, como a colocação de corrimão, banheiros em quartos e outros ajustes.

MODELO

Nem tudo foi imagem difícil de se ver na inspeção realizada pela Comissão Permanente de Monitoramento de Instituições de Longa Permanência de Idosos. O Centro de Convivência da 3ª Idade Odilon Lopes, em Pombal, surpreendeu aos membros da Comissão tendo em vista a sua organização.

A instituição possui a ficha de admissão de todos os idosos, tem um livro de registro onde são anotadas todas as doações, toda transação é feita via instituição bancária, a administração faz a prestação de contas mensalmente e conta ainda com um livro de registro de visitas.

EM INGÁ

Acesso é retomado após ação do MP

O acesso ao município de Ingá pelos municípios de Itabaiana e Mogeiro, que havia sido interrompido devido às chuvas que caíram no Estado, foi retomado após um termo de ajustamento de conduta entre o Ministério Público da Paraíba e o Departamento de Estradas e Rodagem do Estado (DER-PB).

“O DER fez questão de acelerar os trabalhos e o município já está com acesso por Itabaiana e Mogeiro livre. Espero agora que as pessoas se engajem na campanha Solidariedade Já, para atender essas famílias”, afirmou a promotora do Cidadão de Ingá, Gardênia Cirne, que iniciou uma campanha de solidariedade para ajudar as famílias vítimas das chuvas.

O termo de ajustamento es-

tabelecia que o DER deveria realizar reparos na ponte sob o rio Ingá, da PB 66, trecho BR230, fazendo o reaterro do encontro da ponte. Segundo a promotora Gardênia Cirne de Almeida, a grande quantidade de chuvas que assolou Ingá nos últimos dias, bem como a grande enchente que atingiu a cidade, deixou o município sem acesso, totalmente isolado.

Campanha

A campanha “Solidariedade Já” foi lançada pela Promotoria de Ingá visando arrecadar doações para atender as mais de 150 famílias atingidas pela enchente no Município. A promotora do Cidadão, Gardênia Cirne, informou que as doações de alimentos não perecíveis, roupas

usadas, colchões e lençóis de cama podem ser entregues no Posto de Gasolina Intermars, na BR-230, e no Supermercado Superbox Bessa.

Segundo Gardênia Cirne, a campanha é para tentar aliviar a situação das famílias que ficaram desabrigadas. A promotora visitou os locais afetados pela enchente e conversando com os desabrigados. Ela disse, também, que o Ministério Público está em contato com a Fundação de Ação Comunitária (Fac) para que sejam encaminhadas doações para o Município de Ingá, que deverá acontecer ainda neste final de semana. Ela acrescentou que vários empresários fizeram doações e já foi possível distribuir mais de mil pacotes de Vitamilho e Manguzá.



VISITA- A promotora Gardênia Cirne e autoridades visitaram os locais atingidos pelas chuvas em Ingá

Dados sobre a dengue são monitorados pelo MP

Informações da Secretaria de Saúde sobre a doença servirão de base para eventual atuação das Promotorias

O Ministério Público da Paraíba, através do Centro de Apoio Operacional às Promotorias da Saúde, está acompanhando os boletins epidemiológicos divulgados pela Gerência Executiva de Vigilância em Saúde da Secretaria de Estado da Saúde, com o objetivo de verificar os municípios com maior incidência de dengue, para repassar os dados às Promotorias e subsidiar eventual atuação do MP.

A coordenadora do Caop da Saúde, promotora Adriana Amorim, destacou que, apesar da tendência de redução, durante o primeiro semestre de 2011 foram notificados 9.040 casos da doença no Estado, sendo 4.353 casos da dengue clássica, 68 de Dengue com complicações, 58 da Febre Hemorrágica da Dengue. Também foi registrado um óbito no período e 3.049 casos ainda estão sob investigação.

“A dengue é considerada um dos principais problemas de saúde do mundo, e, segundo estimativa da OMS (Organização Mundial da Saúde), cerca de 2/5 da população mundial está sob risco de contraí-la, e cerca de 50 milhões de casos chegam a ser registrados, por ano”, informou a promotora.

Adriana Amorim ressaltou ainda que a dengue é “considerada uma doença negligenciada e impõe a todos os órgãos de gestão e controle existentes no Sistema Único de Saúde uma efetiva atuação, através de estratégias que possibilitem os melhores resultados, dentro das esferas de responsabilidade dos três entes, sendo forçoso reconhecer, entretanto, que trata-se de uma problemática é de difícil solução, uma vez que não depende exclusivamente do setor Saúde. Contudo, algumas ações são de responsabilidade imediata dos gestores de saúde locais, a fim de produzir as necessárias mudanças no plano fático atual”.

Os municípios paraibanos com maior número de casos confirmados da dengue clássica são João Pessoa, Patos, Água Branca, Campina Grande, Guarabira, Monteiro, Esperança, Montadas, Uiraúna e Barra de Santa Rosa.



DOENÇA- Os dados sobre a dengue são divulgados em boletins epidemiológicos da SES

RESULTADO

PSF de Solânea passa por reformas

Após 30 dias da fiscalização realizada na Unidade Básica de Saúde do Município de Solânea, integrantes da promotoria de Justiça da cidade junto com o Centro de Apoio Operacional da Saúde e profissionais dos Conselhos Regionais de Medicina, Farmácia e Enfermagem, retornaram à unidade, onde constataram que foram providenciadas as melhorias que haviam sido recomendadas durante a fiscalização.

“Em uma primeira inspeção realizada em junho, a situação na Unidade Básica de Saúde PSF III era precária e comprometia seriamente a qualidade do serviço prestada aos cidadãos. Após cerca de 30 dias, em retorno ao lo-

cal inspecionado, foi constatada a realização de reformas, que sanaram grande parte das irregularidades outrora existentes”, explicou a Promotora Adriana Amorim, coordenadora do Caop da Saúde.

Segundo a representante do Ministério Público Estadual, foi melhorada a acessibilidade, com a colocação de rampas e corrimãos. A estrutura física passou por pinturas. O consultório odontológico voltou a funcionar, após retirada da grande umidade existente. Os móveis, antes oxidados, também foram pintados. A farmácia está em condições adequadas, com a guarda e acondicionamento correto dos medicamentos. O banheiro de acesso ao público foi reformado. Todos os espaços

estão corretamente identificados com placas.

Ela enfatizou que “contudo, em que pese tal atuação, outras mudanças ainda devem ser providenciadas para a correta prestação dos serviços, notadamente nas unidades da zona rural, que também foram inspecionadas, concluindo-se que a ação reparatória deve ser a elas estendida”.

“Por outro lado, enfatiza-se que o aspecto físico é apenas uma das vertentes para a boa qualidade do serviço. Outras questões também devem ser analisadas, como as verdadeiras ações para promoção e prevenção à saúde, com recorte especial nas áreas prioritárias da estratégia saúde da família”, concluiu a promotora.



ORGANIZAÇÃO- Uma das melhorias foi verificada na farmácia da unidade que está mais organizada

Estrutura de hospital melhora após inspeção

Uma fiscalização da Promotora da Saúde da Capital no Hospital São Luiz verificou que 70% das irregularidades constatadas em inspeção realizada em dezembro do ano passado foram sanadas. Entre as irregularidades sanadas, está a recuperação da estrutura do prédio que se encontrava com pintura nova, sem infiltrações e rachaduras. O Conselho de Nutrição atestou a melhora na estrutura da cozinha e que as atividades obrigatórias do nutricionista vêm sendo atendidas. Já o Conselho Regional de Farmácia não encontrou medicamentos fora da validade.

“Apesar de a Vigilância Sanitária Municipal mais uma vez não comparecer, era visível a boa higienização dos ambientes do hospital. O Corpo de Bombeiros constatou que os extintores forem recarregados, estão na validade e já foi colocada a sinalização deles”, informou João Geraldo.

Entre os problemas que persistem estão a falta de assistente social e a reclamação dos pacientes da pouca quantidade de roupa hospitalar. “Verificou-se ainda, pelo Corpo de Bombeiros, a necessidade de um projeto de combate e prevenção a incêndio e pânico e falta de grupo gerador. Já o Crea evidenciou a necessidade de realização de projeto que adeque a acessibilidade na estrutura que é antiga por um profissional com conhecimento da estrutura hospitalar”, declarou.

O Conselho de Farmácia detectou a necessidade de imediata instalação de ar-condicionado na farmácia do hospital e balcão para dispensação de medicamentos. Já o Conselho de Fisioterapia requisitou a relação do pessoal que presta serviço através de clínica terceirizada e esclarecimentos sobre a realização de estágio do fisioterapia.

O diretor-geral Francisco Carneiro Braga juntamente com Walter Paiva informaram que estas irregularidades ainda não foram sanadas por causa de dificuldades financeiras e serão consolidadas em breve. “Por outro lado, os dois administradores afirmaram que mantiveram contato com a secretária Roseana Meira que autorizou ao Sistema de Regulação o credenciamento pelo SUS de mais 20 leitos que poderão servir de retaguarda, atendimento clínico e na referência do hospital, que é o tratamento de doenças pulmonares.

Unidades de saúde de João Pessoa são fiscalizadas

Falta de acessibilidade, infiltrações, mofo nas paredes estão entre os problemas detectados pelo Ministério Público

A Promotoria de Defesa dos Direitos da Saúde de João Pessoa inspecionou as Unidades de Saúde da Família Mandacaru IX, Valentina IV e Roger I e II. Segundo o promotor João Geraldo Barbosa, a apoiadora da unidade de Mandacaru Janaína Japiassu informou que, em 45 dias, a unidade de saúde de Mandacaru vai se mudar para um prédio alugado na mesma rua. “O atual prédio está em situação precária. Há infiltrações e mofos em todas as paredes e tetos. Falta acessibilidade como barra de apoio nos sanitários e rampas, o piso é inadequado e incompleto em alguns cômodos. Uma coisa que chamou a atenção é que em um pequeno espaço funcionava a farmácia, a marcação de exames, a sala de curativos e a cozinha, sem paredes ou divisórias”, disse.

O promotor informou ainda que a unidade possui uma médica e uma odontóloga e a enfermeira está de férias. O Corpo de Bombeiros detectou dois extintores de CO2 em local inadequado (no chão), bem como a necessidade de dois extintores de água e um disco de sinalização. Também foi constatado um armário para material de expediente que continha kits para coleta de exame citológico.

A unidade só possui um autoclave para esterilizar instrumentais odontológicos e de enfermagem, o que acarreta, segundo o promotor, possibilidade de infecção cruzada. No consultório odontológico, existem canetas quebradas, exatamente as destinadas a limpeza dentária. A odontóloga Kátia Virgínia Medeiros disse ao promotor que não era concursada, mas contratada para prestar serviço na unidade e fez um apelo para que medidas sejam tomadas para sanar a estrutura precária do consultório.

Valentina

A estrutura da unidade de saúde da Família do Valentina IV também encontra-se em situação precária. De acordo com informações da Promotoria, a unidade não possui material para curativos há três me-

ses, como esparadrapo, faixa e gaze, nem seringas para insulina. Além disso, só há um autoclave para esterilizar os instrumentais de enfermagem e odontologia. E não tem aparelho de sonar, apesar de realizar atendimento pré-natal. O prédio não possui acessibilidade por funcionar numa casa adaptada com divisórias.

Foi verificado ainda a presença de medicamentos vencidos, como o antibiótico Praticilin (ampicilina), com validade vencida desde fevereiro deste ano, e Dexamex, vencido desde junho. Também foi constatada a ausência de Metformina (antidiabético), Captopril (hipertensão) e AAS (analgésico).

No consultório odontológico, havia tubulação hidráulica externa e paredes texturizadas, que podem ajudar na proliferação de bactérias e fungos. O instrumentais não estão sendo esterilizados por falta de fita do autoclave, por isso o odontólogo não está realizando procedimentos, apenas trabalhando com orientação preventiva. A unidade também não possui extintor, existem gambiarras e as tomadas estão danificadas. Não existe iluminação de emergência.

Roger

Em relação as unidades de saúde do Róger, que funcionam no mesmo prédio, o promotor informou que foram constatados diversos problemas estruturais, como infiltrações nas paredes e tetos e bastante mofo. O Crea e o Corpo de Bombeiros apontaram como principais irregularidades falta de acessibilidade no prédio, como ausência de complemento da rampa de entrada, necessidade de aquisição de mais dois extintores, fiação dos compressores sem isolamento, cozinha sem ventilação, lance de escada sem corrimão e dois extintores localizados no chão e sem placa de sinalização.

Outro problema detectado é a existência de somente um autoclave para esterilização, ocasionando possibilidade de infecção cruzada. Além disso, o autoclave apresentava vazamento. A equipe constatou que havia as vacinas Tetra, Tríplice Viral, Antitetânica, DTP, Rotavírus, Influenza, Meningite C e BCG. Já na farmácia, faltavam medicamentos como Amoxicilina (antibiótico) em comprimidos e Dipirona.



ROGER- Estrutura estava em condições precárias



INADEQUADO- Espaço é dividido com vários setores



PRECÁRIO- Pias sem condições de funcionamento



CONDIÇÕES - Paredes e tetos cheios de mofo



DESORDEM- Farmácias tinham irregularidades



MUDANÇA- Unidade será transferida para outro prédio

INSTITUTO DE PSIQUIATRIA

Farmácia apresenta irregularidades

No Instituto de Psiquiatria da Paraíba as principais irregularidades foram detectadas na Farmácia, onde a equipe de inspeção da Promotoria da Saúde da Capital encontrou 20 ampolas de adrenalina com validade na data da inspeção e em disponibilidade sem qualquer advertência. Também foram encontrados medicamentos picotados sem identificação de nome e validade. O Conselho Regional de Farmácia constatou que a farmácia ainda não têm registro no órgão.

O Corpo de Bombeiros verificou a inexistência de corrimões em

um dos lados da escada e rampas, ausência de hidrantes, vigas com altura abaixo de dois metros, placa de sinalização de extintor sem corresponder a ele, falta de extintor na estação de gás e na sala de intercorrência clínica masculina. Também foi constatada a necessidade ampliar o guarda-corpo da escada que dá acesso aos pavilhões.

Também não foram encontrados dispensadores de álcool-gel, a sala de expurgo não tem pia para os profissionais, existem infiltrações e telhas quebradas. Outro problema é falta de profissionais. No momento da inspe-

ção, só havia um enfermeiro para atender aos 145 pacientes e um técnico de enfermagem para cada 20 pacientes.

Em relação à primeira inspeção realizada em outubro do ano passado, diversas providências foram tomadas para sanar os problemas detectados, entre elas, a pintura interna do prédio, recuperação das salas da ala masculina, criação da sala de atendimento de intercorrência de emergência, aquisição de nebulizador, desfibrilador e aspirador, aquisição de novo autoclave para a sala de esterilização.

MP faz estudo dos serviços essenciais na Paraíba

Projeto tem como objetivo combater a descontinuidade dos serviços de abastecimento de água, de energia e de telefonia nos municípios

Os usuários do fornecimento de água, energia elétrica e telefonia fixa e móvel, em todo o Estado, vão poder contar com mais um instrumento de proteção ao consumidor. É que está em fase de desenvolvimento o “Não Pare! Serviço essencial não pode parar”, projeto que integra o Planejamento Estratégico do Ministério Público da Paraíba. A proposta do projeto é a execução, por parte das promotorias de Justiça que atuam na defesa do consumidor, de ações estratégicas no sentido de combater a descontinuidade e má qualidade na prestação de serviços públicos concedidos.

Segundo o coordenador do projeto, promotor de Justiça, Clístenes Holanda, o alvo é a melhoria da qualidade de vida da população nessa área específica das relações de consumo. “Resolvemos coletar dados relativos aos serviços de fornecimento de água, energia elétrica e telefonia de todos os 223 municípios do Estado da Paraíba para uma análise mais profunda e abrangente. Esses dados já foram coletados e estão sendo lançados em uma tabulação estatística que criamos para que possamos definir em quais municípios do Estado a situação está satisfatória, em estado de alerta e crítica”, destacou o representante do Ministério Público.

Ele ressaltou ainda que, a princípio, o levantamento foi feito em relação ao fornecimento de água. “Estamos para concluir esse estudo. Nele constarão: a situação de cada município do Estado, índices percentuais proporcionais às populações de cada município, todas as estatísticas a respeito da situação global do fornecimento da água na Paraíba, uma análise dessa situação em correspondência com a situação dos reservatórios hídricos do Estado, percentuais referentes às mesorregiões, confrontações com os dados da Agência Nacional de Águas e da AESA e outros aspectos. Teremos um diagnóstico bem completo da situação em todo o Estado”, disse Clístenes Bezerra, enfatizando que essa mesma rotina será adotada, nas etapas seguintes do Projeto, em relação aos serviços de energia elétrica e de telefonia.



Daniel Félix

ETAPA- Primeira fase do projeto recolheu dados sobre a situação da água em todos os municípios

LIMPEZA

Mutirão transforma a paisagem de Tacima

O Município de Tacima, a 154,4 Km de João Pessoa, estava afundado em lixo e os animais (porcos, jumentos, ovelhas, cavalos e bois) trafegavam nas ruas disputando espaço com os seres humanos. Após o Ministério Público impetrar duas ações civis públicas para a limpeza da cidade, que incluía a retirada dos animais, e outra para a limpeza do matadouro público, cujo terreno estava servindo como depósito de lixo, um mutirão transformou a paisagem rural e urbana da cidade.

No primeiro momento, a cidade foi totalmente fotografada pelo coordenador da Vigilância Sanitária do Município, José Humberto, atendendo pedido da Promotoria de Justiça. Depois foi dado um prazo para que a Prefeitura Municipal providenciasse a limpeza da cidade. Como o prazo não foi cumprido, a Promotoria decidiu entrar com as duas ações civis públicas. Ao ser citado, o prefeito do município chamou a promotora e propôs uma parceria entre o Ministério Público e a Prefeitura, admitindo que não tinha condições de resolver o problema sozinho.

Segundo infirmações da Pro-



MOBILIZAÇÃO- Moradores de Tacima participaram da limpeza

motoria, a população vivia com os animais dentro de suas casas e nos seus quintais como se fossem pessoas. Foram realizadas palestras, mostrando que elas não podiam viver daquele jeito. Só da casa de uma idosa foram retirados 12 caminhões de lixo.

José Humberto lembra que a cidade era um caos e desde que a Promotoria de Justiça passou a atuar em Tacima, o município deu um salto na qualidade de vida. O coordenador da Vigilância Sanitária

conta ainda que, para a retirada dos animais das ruas e das rodovias, foi construído um curral, onde os bichos que são apreendidos são recolhidos.

O trabalho em Tacima envolveu o Ministério Público e o Município através das Secretarias de Ação Social, da Saúde e Vigilância Sanitária. Também participaram alguns moradores da cidade, que ajudaram a não só retirar o lixo, mas também a destruir chiqueiros de porcos e limpar cacimbas de água.

Consumidor de Santa Rita deverá ser indenizado por imobiliária

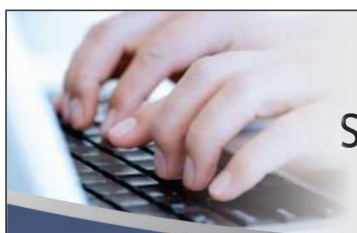
Consumidores de Santa Rita que tenham comprado lotes de terreno com vendas duplicadas em algum loteamento da Fonseca Empreendimentos Imobiliários vão receber outro lote ou uma indenização por parte da imobiliária. A medida foi estabelecida em termo de ajustamento de conduta firmado entre a Promotoria de Santa Rita e a empresa de empreendimentos imobiliários. O TAC também foi assinado pelo 2º Ofício de Notas e Registro de Imóveis do município.

Segundo o promotor de Justiça Manoel Serejo, inúmeras denúncias foram feitas na Promotoria de cidadãos que adquiriram lotes de terrenos da Fonseca Empreendimentos Imobiliários e que não puderam registrá-los pelo fato de que tais lotes já haviam sido registrado em nomes de terceiros.

O promotor explicou que, para fazer o acordo com a empresa, o consumidor terá apresentar todos os documentos necessários para a verificação de seu direito.

“Caso apareçam escrituras antigas, não registradas, nas quais o lote de terreno foi objeto de novas vendas, a Fonseca Empreendimentos Imobiliários se compromete a substituir o imóvel por outro, ou indenizar os consumidores prejudicados, desde que seja acordado entre as partes, ressaltando que a indenização será ajustada entre os prejudicados”, disse o promotor de Justiça Manoel Serejo.

O descumprimento do termo de ajustamento implicará, além das medidas administrativas e judiciais cabíveis, na aplicação de multa no valor de R\$ 500, por item descumprido, devidamente corrigido, até o efetivo cumprimento da obrigação.



ATENDIMENTO AO CIDADÃO

Seu canal de diálogo com o Ministério Público Social

ACESSE O SITE: www.mp.pb.gov.br

OU ENVIE O E-MAIL: atendimento.cidadao@mp.pb.gov.br

